

RETOMAR 2013: AÇÃO DIRETA E TRABALHO DE BASE COMO PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA⁹⁴

Federico Venturini⁹⁵

RESUMO

Primeiramente, considero o conceito de ação direta conforme definido na literatura e como foi posto em prática no Rio de Janeiro na forma de ação direta militante. As manifestações de rua assumiram um papel político crescente desde junho de 2013 e enfrentaram forte repressão policial. A necessidade de resistir a essa violência repressiva forçou os movimentos sociais a implementarem uma nova ação direta militante. Assistimos o surgimento da *tática Black Bloc* como resposta à violência policial. Procuo desconstruir a criminalização da ação direta militante e ofereço uma interpretação das ações como ‘direito de resistência’. Em seguida, complemento essa interpretação introduzindo o conceito de *contra-violência*

emancipatória coletiva, que me permite explorar as táticas adotadas pelos movimentos sociais para além de um discurso de legalidade e direitos. Depois disso, exploro a *práxis* do trabalho de base e explico como ele pode ser entendido como uma forma particular de ação direta. Concluo com uma reflexão geral sobre como avançar nas teorias da ação direta e da violência, me inspirando nas práticas e nos discursos introduzidos pelos movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: ação direta; anarquismo; resistência; black bloc; violência.

⁹⁴ Este artigo foi traduzido por Camila Rodrigues Jourdan (professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e por Erick Rosa (graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

⁹⁵ Federico Venturini is an Research Associate at the University of Udine (Italy). His current research focuses on Zero Waste and sustainable tourism. In 2016, he earned his PhD at the University of Leeds. Focusing on the experiences in Rio de Janeiro between 2013-2014, in his research he explored the relations between contemporary cities and urban social movements, utilizing participatory/militant research approaches and through the lens of social ecology. He holds an M.Phil. from the University of Trieste as well as a Master’s in history and European Culture from the University of Udine (Italy). He has been a member of the Advisory Board of the Transnational Institute of Social Ecology since 2013, and the International Imralı Peace Delegation, organized by the Eu Turkey Civic Commission since 2016.

ABSTRACT

First of all, I consider the concept of direct action as defined in the literature and how it has been put in practice in Rio de Janeiro in the form of militant direct action. Here street demonstrations have assumed a growing political role since June 2013 and now face heavy police repression. The necessity to resist this repressive violence forces the implementation of new militant direct action by the urban social movements. In particular, throughout Brazil we see the emergence of Black bloc tactics as response to police violence. I deconstruct the concept of the criminalisation of militant direct action and offer an interpretation of such actions as a right to resistance, in opposition. I then complement this interpretation by introducing the concept of ‘emancipatory collective counter-violence’, which allows me to explore the tactics adopted by the urban social movements in Brazil beyond a discourse of rights and legality. Following this, I explore the praxis of grassroots work, which forms the basis of the work of urban social movements and I explain how it can be seen as a particular form of direct-action aiming at ‘filling the gaps

of the State’. I conclude with a general reflection on how to advance the theories around direct action and violence, taking inspiration from the practices and discourses introduced by the urban social movements in Rio de Janeiro. In the final analysis, which takes into consideration highly sensitive topics, I am inspired by the position of Gordon (2008), who underlines “When it comes to violence, then, it would seem that in the final analysis anarchists can do nothing but be responsible, experiment and keep their options open” (108).

Key words: direct action; anarchism; resistance; black bloc; violence.

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma parte da minha pesquisa de doutorado, na qual analisei as mobilizações de 2013-2014, no contexto social urbano do Rio de Janeiro, tendo em vista compreender quais crises sociais e políticas elas contestavam e quais alternativas organizacionais suscitaram. Particularmente, procurei responder na pesquisa até que ponto as estratégias propostas pela Ecologia Social de Murray Bookchin são apropriadas para enfrentar os desafios que as crises atuais nos colocam e o que pode ser aprendido das práticas utilizadas pelos movimentos sociais analisados no contexto em questão para lidar com crises urbanas em outras cidades e contextos. Neste artigo, busco mostrar que os métodos usados por movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro são espacialmente e temporalmente divididos entre a ação direta e o trabalho de base, para então analisar criticamente essas duas formas de ação utilizando a literatura existente.

Primeiramente, considero o conceito de ação direta conforme definido na literatura e como foi posto em prática no Rio de Janeiro na forma de ação direta militante. As manifestações de rua assumiram um papel político crescente desde junho de 2013 e

enfrentaram forte repressão policial. A necessidade de resistir a essa violência repressiva forçou os movimentos sociais urbanos a implementarem uma nova ação direta militante. Por todo o Brasil, assistimos o surgimento da *tática Black Bloc* como resposta à violência policial. Procuro desconstruir a criminalização da ação direta militante e ofereço, em oposição, uma interpretação das ações como ‘direito de resistência’. Em seguida, complemento essa interpretação introduzindo o conceito de *contra-violência emancipatória coletiva*, que me permite explorar as táticas adotadas pelos movimentos sociais urbanos no Brasil para além de um discurso de legalidade e direitos. Depois disso, exploro a *práxis* do trabalho de base, que é o fundamento das ações dos movimentos sociais urbanos, e explico como ele pode ser entendido como uma forma particular de ação direta com o objetivo de “preencher as lacunas do Estado”. Concluo com uma reflexão geral sobre como avançar nas teorias da ação direta e da violência, me inspirando nas práticas e nos discursos introduzidos pelos movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro. Na análise final, que leva em consideração tópicos altamente sensíveis, me inspiro na posição de Gordon (2008), que diz: “Quando se

trata de violência, me parece que a análise anarquista não pode fazer nada além de ser responsável, experimentar e manter suas opções abertas.” (108)

APRESENTANDO

CRITICAMENTE A AÇÃO DIRETA

A ação direta é uma prática fundamental para os movimentos sociais urbanos em todo o mundo (Graeber, 2009). Tal prática assume uma variedade de significados na literatura e nas ações dos movimentos sociais, é um “tópico emotivo, controverso e difícil de definir com clareza” (Trapese Collective, 2007: 262). No entanto, algumas características gerais podem ser destacadas: ações diretas são ações realizadas na esfera pública sem mediação do Estado, com o objetivo de construir mudanças sociais. Como enfatiza o Trapese Collective (2007), a ação direta é:

Uma forma de ativismo político que rejeita políticas reformistas, como, por exemplo, eleger representantes, como ineficazes para provocar mudanças. Envolve assumir a responsabilidade de resolver problemas e atingir demandas fazendo uso de greves, ocupações, bloqueios e outras formas de protesto público. (xii)

Para o CrimethInc Ex-Workers Collective (2004), a ação direta é: “qualquer ação que contorna regulamentos, representantes e

autoridades para atingir objetivos diretamente” (12). Mais do que rejeitar a política institucional, as ações diretas também são prefigurativas. Nesse sentido, Graeber (2009) define ação direta como:

Uma forma de ação na qual meios e fins se tornam, efetivamente, indistinguíveis; uma maneira de se envolver ativamente com o mundo para promover mudanças, nas quais a forma da ação – ou, pelo menos, a organização da ação – é em si um modelo para a mudança que se deseja promover. (210)

Na medida em que a ação direta é prefigurativa, “a estrutura do próprio ato se torna uma espécie de micro-utopia, um modelo concreto para a visão de uma sociedade livre” (Graeber, 2009: 210). Além disso, a ação direta “reflete uma visão anarquista muito simples: que não se pode criar uma sociedade livre por meio de disciplina militar; uma sociedade democrática, por meio das ordens; ou uma feliz, por meio de sacrifícios sem alegria.” (Graeber, 2009: 210). Nesse sentido, a ação direta é um passo além da ideia de desobediência civil (Graeber, 2009; Best, 2012), na qual os ativistas decidem meramente não cumprir as ordens oficiais. A ação direta vai além:

Aqueles que praticam a ação direta não se recusam apenas a pagar impostos para apoiar um sistema escolar militarizado, eles se juntam com outros para tentar criar um novo sistema escolar que opera com princípios diferentes. Eles atuam

como se o Estado não existisse e deixam aos representantes do Estado decidir se deve enviar homens armados para detê-los. (Graeber, 2009: 203)

Para a tradição da Ecologia Social, a ação direta também está ligada à *práxis* anarquista (Bookchin, 2004), tanto como tática quanto como estratégia. No nível das táticas, a ação direta é “um método de abolir o Estado sem recorrer às instituições e as técnicas do Estado” (Bookchin, 2004: xi). Como estratégia, a ação direta é:

Um modo de *práxis* destinado a promover a individuação das massas. Sua função é afirmar a identidade do particular dentro da estrutura geral. Mais importantes que suas implicações políticas são seus efeitos psicológicos, pois a ação direta torna as pessoas conscientes de si mesmas como indivíduos que podem afetar seu próprio destino. (Bookchin, 2004: xi)

Bookchin enfatiza ainda a importância da ação direta no que poderíamos chamar o *empoderamento* das pessoas (Bookchin, 1988). Por meio de um processo de conscientização individual, a prática da ação direta liberta as pessoas de uma massa homogênea e coloca o futuro em suas mãos:

Motins e ações de multidão representam os primeiros passos da massa em direção à individuação. A massa tende a se des-massificar, no sentido de começar a se afirmar contra as respostas prontas e massificantes produzidas pela família burguesa; pela escola e pela mídia de massa. Da mesma forma, as ações de multidão envolvem a redescoberta das ruas e o esforço para libertá-las (...). A multidão rebelde marcou o início não apenas de uma transmutação

espontânea do privado em revolta social, mas também de um retorno das abstrações da revolta social às questões da vida cotidiana.” (Bookchin, 2004: 15).

Nesse sentido, podemos dizer que a ação direta é uma prática de *empoderamento*, na qual somos capazes de retomar o controle sobre o futuro da cidade, “aprendendo a gerenciar todos os aspectos de nossas vidas, da produção à organização, da educação às impressões.” (Bookchin, 1988: 53). Essa visão sobre a ação direta é ecoada em um panfleto *Reclaim the Street*:

A ação direta permite que as pessoas desenvolvam um novo senso de autoconfiança e uma consciência de seu poder individual e coletivo. A ação direta se baseia na ideia de que as pessoas podem desenvolver a capacidade de se autogovernar apenas através da prática e propõe que todas as pessoas decidam diretamente as questões importantes que enfrentam. A ação direta não é apenas uma tática, são indivíduos que afirmam sua capacidade de controlar suas próprias vidas e participar da vida social sem a necessidade de mediação ou controle de burocratas ou políticos profissionais. (*Em*: Wall, 1999: 192)

Assim, a ação direta não é apenas uma tática, mas um modo embrionário de ação para uma maneira diferente de viver hoje que prefigura um amanhã diferente e luta por ele. Além de enfatizar sua capacidade de empoderar, Bookchin (2005) também estabelece uma conexão estrita entre ação direta e a necessidade de reafirmar a cidadania em seu sentido

primário: “Devo enfatizar que a democracia direta é, em última análise, a forma mais avançada de ação direta.” (Bookchin, 2005: 438) A ação direta, portanto, é capaz de prefigurar a democracia direta, através do que Graeber (2009) chamou de contaminação: “O pressuposto é que a ação direta e a democracia direta são infecciosas; quase qualquer pessoa exposta a elas provavelmente será transformada pela experiência. De qualquer forma, o objetivo não é organizar as pessoas, mas incentivá-las a se organizarem” (Graeber, 2009: 28). No contexto do Rio de Janeiro, uma teorização semelhante foi desenvolvida. Um exemplo importante disso foi um manual amplamente conhecido, editado e difundido pelos movimentos sociais urbanos contemporâneos no Brasil, que apresentava uma definição muito semelhante à apresentada acima: “Ação direta é uma forma de ação política que ocorre fora do sistema eleitoral. Ocorre quando um movimento social coloca em prática por si só suas políticas e ações de luta contra o domínio e a exploração.” (Universidade Popular e Movimento dos Trabalhadores Desempregados, 2009: 77). No Rio de Janeiro, como foi observado em uma entrevista coletada, os dois pilares dos movimentos sociais

autônomos são: “trabalho de base e ir pra rua”. Ou seja, por um lado, tem-se o foco na comunidade, no *trabalho de base* (em bairros, locais de trabalho, escolas e universidades) e, por outro, em “ir pra rua” e marchar. Esses dois aspectos definem, espacialmente e temporalmente, as esferas de ação dos movimentos sociais autônomos urbanos e, sendo práticas fora do Estado e suas instituições, se enquadram na categoria de ação direta. Em particular, a prática dos atos nas ruas assume uma conotação específica de *combatividade*, termo recorrente nos discursos dos movimentos sociais urbanos autônomos no Rio de Janeiro. A *combatividade* está ligada à necessidade das lutas “não obedecerem às leis do sistema capitalista” (Universidade Popular e Movimento dos Trabalhadores Desempregados, 2009: 76). Tais movimentos sociais tentam manter sua autonomia em relação ao Estado, que veem como intrinsecamente ligado ao capital e à opressão, para não serem cooptados. Particularmente, nas minhas entrevistas, a *combatividade* é considerada como “a possibilidade de você contestar o estado de coisas existente”. *Combatividade* é também um dos meios principais usados pelos movimentos sociais urbanos autônomos para se opor ao *status quo*, e ela é

expressada de várias formas. Neste sentido, um slogan amplamente conhecido das manifestações neste período afirmava: “é barricada, greve geral, ação direta que derruba o capital”. A *combatividade* no Rio de Janeiro se expressa através dos slogans e das reivindicações revolucionárias das manifestações, bem como na atitude das pessoas e grupos nas ruas, prontos para resistir ou lutar, caso seja necessário. Como me disseram, “o que torna uma manifestação combativa são as pautas propostas (...), é a atuação das pessoas na marcha, é o caráter de cada organização”. Na mesma linha, outro entrevistado me disse que “a revolução tem duas pernas: *trabalho de base* e ação direta; se não tiver os dois, nós falhamos”. Se relacionarmos essa citação com a anterior, vemos uma diferença nessa última abordagem: aqui o termo ‘ação direta’ é usado para indicar as manifestações, fazendo uma ligação direta entre o conceito de ação direta e a prática de protestos nas ruas, como Solnit (2004) faz. Em outra entrevista, me disseram que “a ação direta é importante, mas não acho que anule as ações de médio e longo prazo. Eu acho que os dois ligados e equilibrados são a união perfeita para o povo alcançar a revolução que pedimos”. A ação direta é, portanto,

entendida no Rio de Janeiro como uma prática contraída e limitada no tempo, que cobre apenas uma pequena parte de um processo de mudança social que os movimentos sociais urbanos pretendem construir; esse processo não pára em momentos fugazes, mas faz parte de um projeto mais amplo, no qual as práticas diferentes desempenham papéis diferentes. É útil neste momento comparar essa noção de ação direta com a posição do coletivo ambientalista *Direct Action*, do Canadá, responsável por vários ataques à bomba e assaltos à mão armada, que comenta os limites da ação direta:

Sabíamos que nenhuma ação isolada ou bombardeio traria mudanças substanciais. Mas esperávamos injetar uma filosofia e ação política mais militante nos movimentos que lutam por mudança social. Esperávamos mostrar às pessoas que não devemos permitir que os limites legais definidos pelos que estão no poder determinem como e quando protestaríamos. (*Em: Hansen, 2002: 471*).

Na visão desse coletivo, a ação direta mesmo quando não é capaz de provocar sozinho mudanças sociais, pretende radicalizar e capacitar mais pessoas: Em conjunto com outras formas de protesto, a ação direta pode tornar o movimento pela mudança mais eficaz, abrindo caminhos de resistência que não são facilmente cooptados ou controlados pelo Estado. (*Em: Hansen, 2002: 471*) A ação direta é, portanto, parte de um

repertório de uma diversidade de táticas com o objetivo de contestar a realidade existente e construir alternativas (CrimethInc ex-Workers’ Collective, 2004). Nesse contexto, os ativistas do Rio de Janeiro, como esclareceram as entrevistas, geralmente rotulam *ação direta* apenas aquelas ações que têm conotação militante, enquanto usam expressões diferentes, como *trabalho de base* para significar outras práticas. Eles usam uma distinção semelhante à introduzida por Gordon (2008), que distingue entre ações diretas de confronto (ou defensivas) e ações diretas construtivas. Seguindo o significado atribuído à ação direta dos movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro, chamo *ação direta militante* esse tipo de ação direta de confronto realizada com *combatividade*, usando um termo que não está totalmente desenvolvido na literatura. A *ação direta militante* não é um passo além da ação direta, mas uma forma específica dela. Ela pode ser feita principalmente durante manifestações de massa, mas não apenas lá: a *ação direta militante* pode ser feita também por pequenos grupos, como a ação direta feita por grupos de libertação animal

(Best, 2014)⁹⁶. A *ação direta militante* como um todo é caracterizada por certas propriedades específicas: é provável que seja violenta (ou percebida como tal), podendo envolver destruição de propriedade, uma ação contundente, que provavelmente será percebida como mais agressiva ou ilegal e, geralmente, implica em uma reação violenta pelas forças policiais.

O PAPEL DA VIOLÊNCIA DE ESTADO

Toda ação policial depende de decisões políticas, como Graeber explica, “depende de uma série de cálculos sobre a possível reação dos manifestantes, comunidades, mídia e instituições importantes” (Graeber, 2013: 252). Nos países centrais, isso foi evidente na transformação que o comportamento da polícia sofreu em relação ao ativismo e os protestos de rua: depois dos anos 70, “a polícia aprendeu – devagar e incompletamente – que a brutalidade tende a deixar os manifestantes mais raivosos e então a violência cresce” (Jasper, 2014: 149), assim, desenvolveu formas mais sutis e

96 A definição de ação direta de Best (2014) refere-se apenas às ações diretas realizadas por grupos de libertação animal. Uso a definição de ação direta em termos mais amplos, não apenas referindo-se ao contexto escolhido por Best.

“progressistas” de repressão. Entretanto, depois do 11 de setembro, houve um ressurgimento da repressão policial violenta, nos países centrais, desenvolvida em conjunto com as estratégias antiterroristas (Day, 2005).

No Brasil, as táticas policiais não tiveram esse momento de mudança experienciado nos países centrais e se mantiveram extremamente violentas. A polícia também perdeu a oportunidade de fazer reformas internas, depois do fim da ditadura, a instituição permaneceu militarizada. Existe uma vasta literatura que trata do problema da violência policial no Rio de Janeiro. Cava (2013), por exemplo, considera tal violência como uma forma moderna de tortura, que raramente resulta em morte, mas sempre em injustiça. É válido, no entanto, reexaminar esse tema a partir da experiência de campo, dada a importância da violência policial em fomentar mobilizações sociais.

No começo de Junho de 2013, as primeiras mobilizações foram organizadas e frequentadas apenas por movimentos sociais urbanos já estabelecidos. Apenas depois de repetidos protestos contra o aumento da passagem, as grandes mobilizações começaram a acontecer. Os eventos seguiram uma história muito semelhante

à do movimento contemporâneo do parque Gezi, na Turquia, violentamente reprimido pelo governo do AKP (Kuymulu, 2013). A desocupação da *Aldeia Marakaña*, em 20 de Março de 2013, representa o ponto de partida crucial para o desenvolvimento das mobilizações de Junho e Julho de 2013 no Rio de Janeiro. Particularmente, é nesse episódio que uma consciência compartilhada em relação à importância da ação direta militante como uma tática de autodefesa começa a emergir. Em uma entrevista, um ativista apoiador do coletivo *Aldeia Marakaña* confirma isso ao recontar o episódio:

Eu acho que a questão da *combatividade* por si só veio da autodefesa. Por exemplo, quando falamos sobre 2013, junho, desta efetiva *combatividade*, tudo isso começou [na *Aldeia Marakanã*], porque nesse local as pessoas foram despejadas sem avisos nem piedade. Eu estava lá, nesse dia também fui preso. Testemunhei a polícia usando *taser* em uma mulher grávida, em uma jovem indígena que estava lá, chutando a cabeça de crianças. Neste dia, vimos que é necessário ter uma tática de autodefesa combativa, podendo também gerar um ataque.

No entanto, o movimento social urbano levou tempo para compreender a necessidade da autodefesa organizada. O caso da manifestação contra a Copa das Confederações da FIFA, alguns meses depois, é outro exemplo: a violenta repressão da polícia chegou totalmente inesperada em uma manifestação que

não foi organizada pelos movimentos sociais tradicionais, mas convocada principalmente pela internet e atendida por uma maioria de pessoas não particularmente politizadas. Um participante entrevistado relata:

Fui vítima de violência policial, devido ao gás lacrimogêneo, fiquei doente por três semanas. Eu tive que fazer tratamento, não sei se terei efeitos posteriores quando tiver cinquenta ou sessenta anos por causa da quantidade de organoclorado que a polícia nos fez respirar. Eu disse: ‘Não pode ser assim, como é possível, não estamos fazendo nada errado, as pessoas estão apenas demonstrando porque não querem a Copa do Mundo’. Esse nível de mobilização da segurança pública, incluindo a Força Nacional nos batendo com bastões, para mim foi muito desproporcional. Muitas pessoas de short e chinelo massacrados, pensei: ‘desse jeito não dá’. Se eles estão fazendo isso é porque estão muito perturbados.

No início, as manifestações eram pacíficas, mas sempre fortemente reprimidas pela polícia. Outro entrevistado explica: “As manifestações no início eram não-violentas. Quando o Estado se sentiu ameaçado, começou a usar a violência. Isso fez com que as manifestações crescessem mais, porque havia um estado de indignação.” Essa é uma interpretação comum dos eventos ocorridos nesse período, evidente tanto nas entrevistas que realizei, como também nos discursos do movimento social urbano: o Estado utilizou primeiro a violência policial como a única tática disponível e, depois, quando as

mobilizações cresceram, foi incapaz de articular qualquer outra forma de resposta porque sentiu-se ameaçado. A violência também se repetiu em outra marcha no dia 17 de junho de 2013, como um participante lembra:

Nesse dia eu fui preso na ALERJ, eu fui espancado, tomei spray de pimenta e fiquei quatro horas numa solitária sem ver ninguém, queimando. Só depois de quatro horas eu fui ter contato com outra pessoa que foi detida também, depois o advogado. Aí a gente começou a ter consciência que a gente não pode estar na rua só para exigir nossos direitos pacificamente porque o Estado está reprimindo até esse tipo de coisa. O Estado passou a reprimir como você se expressa, a sua expressão. Aí essa combatividade surgiu automaticamente, os grupos resolveram falar ‘a gente tá cansado de apanhar também, vamos responder isso de uma outra forma, vamos nos organizar de uma outra forma’.

No entanto, a manifestação mencionada é de uma natureza diferente das anteriores comentadas, por conta de um número muito maior de pessoas envolvidas, 200.000, e de suas atitudes diferenciadas. Como testemunhei diretamente enquanto participava dessa manifestação, um grupo de manifestantes tomou a ALERJ com *molotovs* e bloqueou vários policiais dentro do prédio. Não foi um ato minoritário: centenas de pessoas aderiram a essa ação direta militante e, ao mesmo tempo, dezenas de milhares permaneceram na rua torcendo por ela. As ruas estavam tão cheias que a polícia só conseguiu intervir depois de muitas

horas. Nesse período, os movimentos sociais urbanos começaram a transformar sua *ação direta militante*, de práticas principalmente concentradas na necessidade de autodefesa para práticas organizadas mais proativas.

A violência policial no Rio de Janeiro não foi expressa só com violência física nas ruas, mas também assumiu outras formas. Por exemplo, após a manifestação do dia 20 de outubro de 2013, cerca de duzentas pessoas foram detidas e várias foram presas e transferidas para uma prisão de segurança máxima.

No entanto, apesar de várias tentativas de repressão e violência contra ativistas, as manifestações continuaram acontecendo e tiveram grande apoio pelo menos até a morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade e a onda de prisões em julho de 2014. Existem várias explicações para essa violência policial recorrente no Rio de Janeiro. O primeiro é a falta de preparação da própria polícia. Rodrigo Pimentel, ex-capitão do BOPE (*Em: Padilha, 2002*) diz:

As pessoas que hoje se juntam à polícia no Rio são aquelas que não conseguiram um emprego regular. Eles geralmente estão desempregados há muito tempo e não tiveram escolha a não ser se tornar um policial. É um trabalho. A polícia é mal treinada e não tem autoestima. Eles realmente não entendem a natureza do trabalho. Eles acham que seu dever é prender e matar criminosos.

A falta de preparação da polícia é evidente no contexto dos protestos de rua, especialmente no início de junho de 2013. As táticas da polícia foram mudando e se desenvolvendo junto com as dos manifestantes. As forças policiais buscaram desenvolver estratégias para interromper os protestos e reduzir o impacto e a visibilidade na mídia, treinando pesado e também recebendo cursos de forças policiais estrangeiras. A polícia brasileira tornou-se mais sofisticada, como aconteceu com as táticas da polícia grega, conforme enfatizado pelo coletivo de pesquisadores ativistas The Barbarians (2014). A nova estratégia desenvolvida pela polícia em 2014 pode ser resumida com o slogan “não vai ter protesto” (Tomazine, 2014): a polícia se organizou com o objetivo de impedir qualquer manifestação. A mesma dinâmica ocorreu em Nova York, em 1988, depois do motim de Tompkins Square Park, conforme relatado por Mellon: “O motim em si provou ser um catalisador para a transformação da polícia de clássica para paramilitar. (...) A polícia foi forçada a reavaliar seu treinamento, suas táticas e como lidar melhor com protestos em larga escala e possíveis motins” (2007: 349). Dessa forma, as manifestações se tornaram um problema

de ordem pública, dada a incapacidade do governo do PT de responder adequadamente a elas. Apesar dos vínculos anteriores do PT com movimentos sociais históricos, ele foi incapaz de reproduzi-los com os novos movimentos sociais urbanos, deixando-os como um problema para a polícia. O governo do PT permitiu uma repressão pesada às manifestações, especialmente quando começaram as *ações diretas militantes*, conforme explica Secco (2013):

Os governos “de esquerda” não são contra as manifestações. São contra a sua “violência”. Os que se manifestam fora do roteiro previsível são violentos. Eis que as jornadas de junho de 2013 saíram do roteiro literalmente. Ocuparam espaços da cidade que eram proibidos e, fundamentalmente, se deram fora do controle das “organizações de esquerda”. Estas haviam conquistado seu direito à contra-violência legítima, mas não precisam usá-lo mais porque foram parcialmente incorporadas pelo Estado. E exatamente por isso recusam o direito de contra-violência legítima aos novíssimos movimentos sociais ou setores da própria esquerda tradicional que se lhes escapam das mãos. (s/p)

Há outra razão para o governo brasileiro na época ter visto nas manifestações e no uso da *ação direta militante* uma ameaça: perder seu monopólio do uso da violência. O uso de *ações diretas militantes* está ligado à passividade política e à indiferença do Estado (Melucci, 1996) e as mobilizações de 2013 foram de alguma forma antecipadas por Castells (1983):

os movimentos sociais urbanos agirão “como sombras urbanas ansiosas para destruir as paredes fechadas de sua cidade cativa” (327).

EXPLORANDO AS AÇÕES DIRETAS MILITANTES NO RIO DE JANEIRO

O uso da ação direta assumiu uma nova importância durante as mobilizações de 2013. Conforme relatado em uma entrevista, as pessoas começaram a entender que “com ação direta, você pode resolver as coisas”. Estar nas ruas foi efetivo, houve redução das passagens, a defesa da área ao redor do estádio do Maracanã foi efetiva e diferentes reformas políticas foram promulgadas quando o Estado se sentiu ameaçado (Manso e Zanchetta, 2013). Assim, a ação direta militante mostrou a verdadeira face do Estado, tornando-se um ato de comunicação com a população.

No dia 7 de Setembro, data comemorativa da independência do Brasil, desfiles militares, outra lembrança da ditadura militar, são realizados em várias cidades, comemorando o fim do domínio português. No mesmo dia, no Rio de Janeiro, movimentos sociais costumam

organizar uma contramarcha chamada *Grito dos Excluídos*, criticando a parada militar e a falsa independência do país e seus habitantes.⁹⁷ No Rio de Janeiro, em 2013, a Frente Independente Popular (FIP)⁹⁸ organizou um ato com o objetivo de invadir o desfile militar. Com isso, centenas de manifestantes conseguiram se infiltrar no desfile, que acabou sendo parado; o que desencadeou uma repressão pesada. Este evento é lembrado como um dos maiores feitos das mobilizações de 2013-2014: pela primeira vez, ativistas puderam interromper no desfile oficial.

A repressão policial durante o desfile foi outro sintoma da violência do Estado. Violência que os pobres sofrem diariamente e que as *ações diretas militantes* tornam visíveis para um público mais amplo. Uma crescente conscientização da violência do Estado é evidente também na oposição ocorrida durante as mobilizações de 2013, entre o slogan das ruas: “sem violência” e a resposta que passa a ser entoada pela multidão: “sem moralismo”, direcionada

ao apelo hipócrita ao pacifismo, quando a violência é uma prática cotidiana nas favelas e periferias. Na mídia corporativa, as ações diretas militantes foram retratadas como *quebra quebra*, enfatizando a destruição do patrimônio público. No entanto, como testemunhei, os movimentos sociais urbanos viam as ações destrutivas como uma maneira de se comunicar, dado que outras ações alternativas não eram escutadas. Por exemplo, em uma entrevista, um participante me perguntou: “O que é quebrar? A partir do momento em que você vive num Estado em que você se manifesta e não é ouvido...”

. De fato, a principal resposta dada aos manifestantes foi a polícia, e a polícia ofereceu apenas repressão violenta. O uso da ação direta militante visava, assim, expor a verdadeira face do Estado, desafiando seu poder. Sobre isso, um entrevistado procurou mostrar o papel da ação direta como comunicação, quando todas as outras tentativas de reivindicar justiça falharam:

97 Mais informações em: <http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>

98 A *Frente Independente Popular* foi uma Frente composta por vários indivíduos; coletivos e organizações políticas não-partidárias, que se formou em 2013 no Rio de Janeiro (e depois em outros estados do Brasil), e que teve como objetivo coordenar estes grupos e indivíduos em ações combativas. A FIP teve uma composição particularmente digna de nota porque reuniu anarquistas e comunistas revolucionários, com projetos estratégicos distintos, mas que tinham táticas em comum naquele momento. A frente também foi fundamental para o caráter de esquerda radical não-partidária que os protestos de 2013-2014 ganharam no Rio de Janeiro e, por isso, foi o alvo principal das criminalizações que se seguiram aos mesmos. Atualmente, a FIP não mais existe.

A galera entendeu que era o momento de botar essa rebeldia toda pra fora, essa revolta toda pra fora, externar isso. Eu tenho o direito de reclamar de algo que não tá me satisfazendo. Eles veem na ação direta saída pra aquilo que eles não estavam dando jeito antes, por que a gente é levado a acreditar, que alguém tem que representar a gente e não a gente mesmo, [Agora] tá levando as nossas pautas, pra onde tem que ser levadas.

As pessoas sentiram a capacidade de se expressar nas ruas e de serem ouvidas. Além disso, com o tempo, também se politizaram, assumindo demandas e ideias dos movimentos sociais urbanos que não eram as razões pelas quais inicialmente estavam indo pras ruas. Outro entrevistado enfatizou esse movimento:

Eu costumo dizer que serviu como “supletivo de *trabalho de base*”, pois trouxe muita gente que só o *trabalho de base* não conseguia trazer, por que muitas vezes o militante é chato, pra quem tá numa situação de risco de verdade, que tá na miséria, que não sabe direito se vai conseguir viver mesmo, comer no dia seguinte, ficar só distribuindo papel é chato, não dialoga com a população, mas a ação direta, dialoga, ela vai no ponto.

Tendo enfrentado a impossibilidade de dialogar com o Estado várias vezes e tendo aprendido a lutar fora dos canais políticos tradicionais, ocorre uma mudança na percepção dos movimentos sociais urbanos, a violência coletiva realizada por meio de *ações diretas militantes* não

era apenas aceitável, mas legítima (Secco, 2013), era contestação de “uma ordem social que naturalizou a violência” (Cava, 2013: 87). As *ações diretas militantes* podem estar relacionadas a uma forma de “propaganda pelo ato” capaz de dialogar com a população e ir além de assassinatos ou atentados. Isso acontece não apenas com pessoas pobres. Não consigo esquecer do dia 15 de outubro, quando foi convocado um ato em solidariedade à greve dos professores. Cinquenta mil pessoas tomaram as ruas do Rio de Janeiro, entre elas um grande bloco vestido todo de preto. Quando esse grupo entrou na Candelária, onde terminou a manifestação, centenas de professores começaram a aplaudir esse bloco que, poucos dias atrás, os havia defendido da violência policial⁹⁹. Os professores entenderam que as pessoas que usavam a tática *Black Bloc* faziam parte do seu movimento e eram necessárias para sua luta. (Cava; Cocco, 2014).

No tempo e contexto específicos das mobilizações de 2013-2014, os movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro afirmaram que as *ações diretas*

99 O SEPE, o sindicato dos professores, aprovou em uma assembleia uma moção para apoiar as pessoas acusadas pela polícia de serem Black Blocs (Naddeo, 2013).

militantes eram uma resposta adequada. Conforme sublinhado pelo CrimethInc ex-Workers’ Collective (2004):

As táticas mais poderosas são aquelas que inspiram e equipam outras pessoas para entrar na luta. É importante acompanhar a escalada de uma luta para que novas pessoas se envolvam mais rapidamente do que os participantes sejam imobilizados pela repressão: é assim que é criado o momento que gera revoluções. (19)

As *ações diretas militantes* conseguiram criar vínculos e aumentar a participação nas ações, abrindo novos caminhos. Por esse motivo, também foram progressivamente aceitas por diferentes grupos. Por exemplo, antigos militantes, conscientes do fracasso da política clássica, foram surpreendidos pela intensidade dos eventos de 2013 e perceberam a necessidade de sair da teorização das práticas alternativas de resistência para ações concretas. Juntamente com eles, também houve um surgimento abrupto dessas práticas nos jovens, que viram nelas a única maneira eficaz de responder às agressões policiais. Devido a uma resposta do Estado baseada apenas na violência, pessoas que antes nunca foram envolvidas com alguma forma de ativismo político perceberam que a *ação direta militante* era o último recurso para fazer ouvir suas reivindicações. Em 2013-2014, no Rio de Janeiro, não era raro encontrar entre os apoiadores das

ações diretas militantes pessoas que nunca estiveram envolvidas antes em algum ativismo ou com partidos tradicionais de esquerda ou alguma ONG pacifista internacional, como *Green Peace* ou *Anistia Internacional*.

Nesse contexto, é interessante analisar também o caso das barricadas, uma das ações diretas militantes mais emblemáticas do repertório dos movimentos sociais. Recentemente, da praça Tahir às ruas do Rio de Janeiro, protestos em todo o mundo provaram que as barricadas ainda não deixaram completamente o repertório necessário de resistência civil. Em 2013, no Rio de Janeiro, o uso das barricadas se espalhou nas mobilizações como uma prática quase diária nos protestos. O uso de barricadas começou como uma prática de resistência à violência policial e depois assumiu novos significados, tornando-se uma *ação direta militante* com o objetivo de enfatizar a escolha consciente de negar o existente e abrir novas possibilidades, como expressou bem um cartaz usado nos protestos: “uma barricada fecha uma rua para abrir novos caminhos”. As recorrentes manifestações permitiram aos ativistas melhorar e dar um novo significado às suas táticas. Ao mesmo tempo, eles

construíram laços importantes, como destacado em uma entrevista:

No início foi sim uma bagunça, porque ninguém se conhecia e isso é uma coisa muito interessante, a gente começou a se conhecer nas ruas. Os black blocs não existiam, [Grupos militantes mais antigos] trabalhavam muito separadamente e aquela violência diária da rua começou a unir as pessoas. A partir daquele momento, começamos a nos conhecer, a fazer um grupo só e, a partir daquele momento, foi se estruturando um movimento.

A coordenação dos diferentes grupos começou quando foi percebida como uma necessidade. As *ações diretas militantes* precisam de organização e isso tem desafios legais. Os grupos de afinidade se tornaram os espaços perfeitos para organizá-las. O grupo de afinidade é definido de fato como: “A unidade fundamental da ação direta. É um sistema de apoio autossuficiente que pode desenvolver ações por conta própria ou pode trabalhar com outros grupos de afinidade em direção a um objetivo comum em uma ação grande” (Notes from Nowhere, 2003, p. 88). Esse conceito foi reintroduzido nos círculos da esquerda durante a década de 70. Como conceituou Bookchin: “o grupo de afinidade poderia ser facilmente considerado como um novo tipo de família estendida, na qual os laços de parentesco são substituídos por relacionamentos humanos profundamente empáticos –

relacionamentos nutridos por ideias e práticas revolucionárias em comum” (2004: viii). A importância dos vínculos emocionais nos grupos de afinidade é destacada também pelo CrimethInc. ex-Workers’ Collective: “Um grupo de afinidade é um círculo de amigos que, conhecendo as forças, fraquezas e antecedentes um do outro, e já tendo estabelecido uma linguagem comum e uma dinâmica interna saudável, se propõem a atingir um objetivo ou uma série de objetivos” (2004: 28). Além disso, os grupos de afinidade têm uma estrutura fluida que pode se adaptar a diferentes contextos e necessidades, pronta para desaparecer e ressurgir a qualquer momento. No Rio de Janeiro, os grupos de afinidade estavam no centro das ações diretas militantes. Momentos de ebulição política são produzidos pelas ações de grupos de afinidade e, também, favorecem o nascimento de novos grupos de afinidade. Como lembrado em uma entrevista, indo diariamente a manifestações e reuniões, “a afinidade era construída nas lutas”: estar ombro a ombro e debatendo gerou laços fundamentais para a ação política.

O CASO DOS BLACK BLOCS: UMA AÇÃO DIRETA MILITANTE EM

RESPOSTA À VIOLÊNCIA DO ESTADO

Como vimos, a violência policial no Rio de Janeiro catalisou um processo de formação de consciência nos movimentos sociais urbanos e tem sido fundamental na disseminação da tática Black bloc.

O Black bloc nasceu na Alemanha, na década de 1980, como um meio de autodefesa contra a violência policial (Millstein, 2010; Katsiaficas, 2006). A tática foi então reformulada durante os protestos contra a conferência da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, em 1999, concentrando-se na destruição de edifícios multinacionais ou corporativos como método de comunicação.

Os brasileiros se inspiraram nessas experiências, conhecidas principalmente pela Internet e, quando os manifestantes precisavam se proteger da violência policial, a tática Black bloc ofereceu um recurso. As ações diretas militantes já estavam acontecendo desde o início das mobilizações de 2013, mas somente com o tempo os movimentos sociais urbanos começaram a usar o termo Black bloc para indicar um subconjunto de ações diretas militantes. A mídia também favoreceu essa terminologia, que ajudou na construção

de uma narrativa atraente. Explorar a tática Black bloc é, portanto, uma maneira de explorar um uso específico da ação direta militante dos movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro, sob um nome que eles usavam.

A tática Black bloc foi usada no Rio de Janeiro para proteger os manifestantes contra a polícia e suas armas. Escudos foram usados para autoproteção e materiais encontrados na rua para fazer barricadas ou para combater as linhas policiais. Frequentemente houve também a destruição de símbolos de dominação e capitalismo, como bancos ou prédios estatais. Conforme destacado por diferentes comentaristas (Locatelli e Vieira, 2013; Ortellado, 2014), no Brasil houve uma síntese das duas principais características do Black bloc: autodefesa e comunicação através da destruição de símbolos. Desde a sua adoção em 2013, a disseminação da tática Black bloc tornou-se um dos aspectos mais controversos das mobilizações de 2013-2014 e recebeu forte atenção da mídia (Solano et al., 2014).

A partir dos dados coletados durante o meu trabalho de campo, como entrevistas e participação em reuniões, debates e marchas, podemos ver que dois

aspectos principais emergiram em relação à disseminação da tática Black bloc no Brasil. Primeiro, apesar de uma campanha de difamação maciça feita pelo Estado e a mídia corporativa, a tática manteve maior apoio popular em comparação com países centrais. Os pobres e as minorias urbanas no Brasil têm visto e sofrido brutalidade policial diariamente; assim, reconheceram as respostas à violência ou o uso de ação direta como condições necessárias para os manifestantes garantirem seu direito de se manifestar. Segundo, usar a tática Black bloc não era uma mera escolha de estilo de vida ou ato de autoglorificação, mas uma decisão política plenamente consciente como parte da estratégia dos próprios movimentos. O uso dessa tática visava de fato inspirar a *combatividade* em outras pessoas e pressionar contra a violência policial. No entanto, como mencionado, o Black bloc, como exemplo claro de ação direta militante, não pretendia ser apenas uma tática de autodefesa, mas também assumia uma intenção comunicativa, tornando-se um ato de violência performativa. Como Jasper nos lembra: “táticas impertinentes (...) são notadas” (2014: 126). Partindo da necessidade de responder à violência policial, chegou a expressar uma profunda insatisfação popular com um

sistema de dominação incapaz de ouvir as demandas populares. É o caso dos professores que, durante suas greves, adotaram a ação direta militante não apenas como uma forma de autodefesa, mas também porque todas as outras formas de diálogo fracassaram.

Canais formais de discussão eram bicos sem saída e, quando os professores saíram às ruas, foram espancados pela polícia. Eles então entenderam que diferentes abordagens eram necessárias e começaram a apoiar o uso da tática Black bloc. Solano, por exemplo, considera essa tática como uma violência performativa com o objetivo de se comunicar: a tática Black bloc utiliza “uma violência comunicativa, que exterioriza a crença de que os canais de diálogo convencionais são inúteis, nulos, fracassaram porque o poder não está disposto a escutar” (2014: 78).

Uma pergunta comum na literatura é: quem usa a tática Black bloc? Responder a essa pergunta é inerentemente difícil, uma vez que as pessoas que usam essa tática cuidadosamente evitam mostrar sua identidade pessoal como parte da própria tática. Nos países centrais, uma das principais críticas à tática Black Bloc é que ela é usada apenas por brancos da

classe média (Thompson, 2010). No entanto, a versão brasileira claramente evitou ser exposta a essa crítica: são os mais pobres e não-brancos que são mais propensos a ela. Um dos meus entrevistados relatou:

Você vê os meninos de rua, a população de rua lutando junto com você. O povo não tem ideologia, mas você vê as crianças lutando, tacando pedra, fazendo barricada, botando fogo junto com a gente. Aí surgiu o movimento black bloc né, que já havia aqui no Brasil, mas aí que as pessoas passaram a conhecer. Eu assisti a população de rua, o morador de rua, crianças que não têm ideologia, perguntar "que ideologia é essa"? As que estão sofrendo na carne o que é a miséria, o que é ser excluído, o que é está tentando sobreviver.

Como a maioria das pessoas que usavam a tática Black bloc no Rio de Janeiro naquele momento eram pessoas pobres, isso intensificou a necessidade de encobrir suas identidades, afinal tratavam-se dos mais vulneráveis não apenas à violência policial, mas também ao estigma social e possíveis represálias por grupos criminosos. Nesse sentido, a tática Black bloc permitiu que grupos sociais que raramente participavam de protestos de rua participassem, contribuíssem com sua raiva e assumissem um papel central na radicalização da ação direta militante. O Black bloc se juntava com práticas de resistência às quais as classes populares já estavam acostumadas, mas que eram usadas apenas em locais marginalizados

de favelas ou em espaços de alto conflito (Cornell, 2012). Um dos efeitos das mobilizações de 2013-2014 foi trazer o conflito para a praça central da cidade, bem no centro do poder. Sobre isso, uma testemunha destacou:

Todo ano tinha isso, do trem quebrar e as pessoas irem lá tacar fogo no trem [como sinal de protesto]. O que tá diferente nesse ano [2013], com o advento do Black bloc, as pessoas antes de tacar fogo no trem, elas botam a camisa na cara, então acho que isso é o seguinte: a mensagem chegou muito direta. O Black bloc dialogou com essa população, disse algo pra eles que eles já sabiam, que não adianta você ficar no blá, blá, blá, na panfletagem, no *mi mi mi*, se você quer ser ouvido, você vai lá e quebra tudo.

A tática Black Bloc falava uma linguagem familiar para os pobres urbanos e era capaz de se relacionar com suas práticas de resistência, fundindo *favela e asfalto* na reivindicação pelo fim da cidade de exceção. Outro entrevistado enfatizou o amplo apoio popular que a tática Black Bloc teve entre os que mais sofrem a negação do direito à cidade e a justiça espacial:

Que o apoio popular seja do trabalhador, seja das periferias, como é atualmente, a gente tem muitos jovens das periferias que encontraram essa nova forma de fazer política, (...) mas muitos jovens da periferia veem no tráfico de drogas uma forma de lutar contra o Estado, porque são pessoas reprimidas desde o momento que nascem. Pessoas pretas, pobres e faveladas, três grandes fatores [de estigmatização].

Essa popularização da tática aumentou seu papel político, e o Black

bloc “mexeu realmente com o imaginário da classe proletária, do morador de favela.”

A capacidade da tática Black Bloc de despertar a imaginação popular e mudar a perspectiva das pessoas também foi destacada em relação ao surgimento do bloco ‘Black Prof.’ durante a greve dos professores:

A sociedade começa a olhar com um outro olhar, principalmente a combatividade dos chamados Blacks, que é uma tática, e aí eles associarem e fazerem um “Black Prof”. A gente também tá combatendo porque a gente tá sendo reprimido, porque a gente também tá sofrendo com aquilo, é quebrar um pouco esse paradigma ‘Peraí, não é uma galera que está vandalizando ali pra roubar, pra fazer uma baderna, tipo das torcidas que rola brigar por brigar, não’.

O uso da tática Black bloc pelos professores, categoria que tem respeitabilidade pública na sociedade brasileira, deslegitimou a narrativa da mídia e de certas publicações (Morgenstern, 2015) que descreviam as pessoas que usam a tática Black bloc como jovens vândalos alienados.

No Rio de Janeiro, o Black bloc mostrou sua potencialidade como uma tática e como parte de um objetivo maior de construção de poder popular. Assim, o Black bloc, como uma forma de *ação direta militante*, se tornou uma ferramenta para mudança social e o empoderamento popular; com suas ações performáticas e grande impacto na

opinião pública, foi uma ferramenta que os movimentos sociais urbanos usaram para desafiar as estruturas de poder na cidade.

Esse discurso do poder popular é recorrente nos movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro, enfatizado através de um slogan: ‘Lutar, criar poder popular!’. Permeado por uma perspectiva de classe, o slogan chama todas as pessoas sob domínio e exploração do capitalismo, afirmando que “o poder, na realidade, é uma relação de disputa política permanente entre capitalistas e anticapitalistas e que construir o poder popular seria aumentar a força social ao lado dos anticapitalistas.” (Universidade Popular e Movimento dos Trabalhadores Desempregados-RJ, 2010: 102). O objetivo dos movimentos sociais urbanos é, então, aumentar e expandir a base de seu poder.

Apesar disso, a tática Black bloc, que aparece nas mobilizações de Junho-Julho de 2013 no Rio de Janeiro, desapareceu no fim de 2014. Os acontecimentos seguiram um caminho muito semelhante ao observado durante a crise na Argentina em 2001: no começo dos protestos, a violência dos manifestantes era legitimada como um ato de desobediência civil e recebeu

amplo apoio popular, porém, esse apoio foi perdido devido às frustrações e lentidão na obtenção de mudanças e também devido à forte repressão e criminalização que tinham que enfrentar. Como destacam muitas discussões que testemunhei entre ativistas na Europa e também no Rio de Janeiro, é um acordo geral que o Black bloc é apenas uma ferramenta disponível e não é apropriada para todas as circunstâncias.

Ação direta militante como direito à resistência

Como mostrei nas seções anteriores, a *ação direta militante* escalou no Rio de Janeiro como uma reação à violência policial e se expressou em uma variedade de práticas. Essas práticas são interpretadas em várias entrevistas que coletei como múltiplas expressões do direito de resistência. Se, na mídia corporativa, as ações diretas militantes são retratadas como atos de vandalismo e carregadas de conotação moral negativa, para os ativistas, elas são uma parte necessária do seu direito à resistência.

Esse conceito de direito à resistência tem uma longa história no liberalismo clássico. Esse direito de resistir se desenvolveu desde o trabalho de John Locke (1988), que afirmou que as pessoas têm o direito e o dever de se revoltar contra governos que vão contra seus interesses¹⁰⁰, e já foi usado anteriormente na literatura brasileira. Por exemplo, o acadêmico brasileiro Safatle (2010), falando sobre a experiência da guerrilha urbana contra a ditadura militar, lembra que:

Os jovens que entraram na luta armada aplicaram o direito mais elementar: o direito de levantar armas contra um Estado ilegal, fundado por meio da usurpação pura e simples do poder graças a um golpe de Estado e ao uso sistemático da violência estatal. Desconhecer este direito é, este sim, o ato totalitário por excelência. (2010: 248)

O direito à resistência foi claramente invocado pelos militantes brasileiros que lutaram contra a ditadura como um direito de pegar em armas contra o totalitarismo. A violência é justificada pelo contexto de ilegalidade em que o próprio Estado caiu e se torna um meio de redefinir positivamente os limites legais da democracia: “quando o Estado se transforma em Estado ilegal, a resistência por todos os meios é um

100 A discussão de Locke sobre direito à resistência está situada no contexto da disputa entre monarquia absolutista (católica), fundada no direito divino, e monarquia parlamentar (protestante) e encontra seu limite no direito à propriedade, tomado como um direito básico natural. Neste sentido, o direito à resistência não poderia estender-se da mesma forma aos não-proprietários.

direito. Neste sentido, eliminar o direito à violência contra uma situação ilegal gerida pelo Estado significa retirar o fundamento substantivo da democracia.” (Safatle, 2010: 246).

Certamente, as instituições brasileiras em 2013-2014 eram muito diferentes do que foram durante o período da ditadura militar; no entanto, isso não significa dizer que eram plenamente democráticas. Para os movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro, a *ação direta militante* é uma forma necessária de resposta e resistência a um projeto de cidade de exceção que é inerentemente violento. Como um ativista afirmou: “[a cidade de exceção] é um modelo de desenvolvimento que para se impor gera exclusão, violência, precarização das relações sociais e das condições de vida das pessoas.” Outro ativista foi ainda mais fundo ao dizer que o Brasil é “um país que não é democrático, vivemos dentro de uma ditadura velada”.

A ilegalidade de certas práticas do Estado também foi enfatizada por Nilo Batista, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro que, em entrevista dada em outubro de 2013 sobre a violência e repressão policial (Jornal A Nova Democracia,

2013), afirmou: “se eu estou sendo alvo de uma prisão ilegal, eu tenho o direito de resistir. Se a polícia está cometendo uma ilegalidade contra mim, eu tenho o direito de resistir.” Dentro de um Estado legal, portanto, ainda existem práticas de repressão que são interpretadas como ilegais e que merecem ações de legítima defesa. Nilo continuou:

Em vez de haver um diálogo com esses movimentos, você manda a polícia bater em todo mundo. Um exemplo foi o episódio onde centenas de professores, muitos idosos, outros com crianças, receberam gratuitamente várias bombas de gás lacrimogêneo. Naquele momento, qualquer manifestante que impedisse aquela agressão estava agindo em legítima defesa dos professores e no contexto do exercício do direito de resistência. É um direito democrático sim. A violência precisa ser melhor compreendida.

Portanto, é crucial trazer o direito de resistência ao discurso político popular e à esfera pública, com o objetivo de desconstruir o discurso dominante contra a *ação direta militante*. No entanto, do ponto de vista jurídico, embora os tribunais às vezes sejam solidários com as razões morais dos manifestantes, é difícil, se não impossível, ver o direito de resistência formalmente aceito em um processo judicial. Considera-se politicamente impossível estabelecer um precedente tão perigoso e estabelecer uma estrutura legal para quando é legítimo agir

violentamente contra os interesses do Estado. Por essas razões, o direito de resistência não pode ser considerado apenas dentro de um debate inevitavelmente ofuscado em torno da legalidade. O grupo norte-americano CrimethInc Ex-Workers Collective (2004) faz uma consideração que é altamente relevante. Para eles, no que diz respeito à ação direta militante:

As leis são imateriais: se o que você está fazendo realmente é subversivo, as autoridades tentarão impedi-lo, seja legal ou não. Seus números, sua coragem, sua preparação e previsão, seu comprometimento de apoiar mutuamente outros, sobretudo sua convicção de que o que você está fazendo é possível: essas são suas permissões, suas garantias e você não precisa de outras. (2004: 23)

Para os movimentos sociais urbanos, a luta dentro do sistema judiciário contra a repressão é um curso de ação ao qual eles são frequentemente forçados. No entanto, reduzir a discussão política em legal versus ilegal geralmente não traz nenhum progresso útil para a construção de mudanças sociais: é claro que as próprias leis são feitas pelo sistema de dominação. Como também teorizado por Bookchin (2005), o conceito de justiça é facilmente manipulado pelo opressor. Nesse sentido, uma ideia que vem sendo discutida nos movimentos sociais urbanos é que: “lutar por ética e justiça

envolve fazer algo que é fora da lei.” (Universidade Popular e Movimento dos Trabalhadores Desempregados-RJ, 2009: 80)

Reduzir o entendimento do uso da violência apenas ao direito de resistência mostra alguns limites, principalmente quando se refere às ações diretas militantes cuja ocorrência é de grande complexidade. Em um trabalho sobre revoltas, Wahlström (2011) sugere que “os protestos que se transformam em confrontos violentos com as autoridades geralmente são eventos caóticos, onde as coisas acontecem muito distantes para que uma única pessoa tenha uma visão geral da situação” (2011: 376). Dependendo do acontecimento, o discurso da *ação direta militante* nas manifestações pode ser enquadrado em torno da violência como defesa, retaliação ou resposta oportuna (Wahlström, 2011). Enquadrar as *ações diretas militantes* apenas como uma autodefesa necessária é, portanto, limitante. É necessário explorar os diferentes usos da violência e os discursos em torno dela, frequentemente usada oportunamente por diferentes atores. O objetivo, portanto, não é construir um direito de resistência abstrato, mas considerar a legitimidade prática do uso da violência.

PARA ALÉM DO DIREITO À RESISTÊNCIA: A CONTRA-VIOLÊNCIA EMANCIPATÓRIA COLETIVA

Conforme enfatizado por Gohn (2014), a novidade das mobilizações de junho-julho de 2013 não foi apenas o uso da tática Black Bloc, uma tática anteriormente desconhecida em larga escala no Brasil, mas o novo papel dado à violência. A violência foi executada em escala, magnitude e motivações completamente diferentes das práticas habituais dos movimentos sociais urbanos brasileiros:

Um fato novo é a violência ser apresentada e justificada por essas alas dos manifestantes como forma predominante da ação no protesto, e esse fato reforça a hipótese de mudança na composição e no caráter dos movimentos nas ruas. A violência performática como norma de conduta é um registro de formas de movimentos de protestos internacionais deste novo século. (Gohn, 2014: 433)

Essa violência visando a construção de poder popular esteve no centro do palco em 2013-2014, provocando debates intensos na academia e nos movimentos sociais urbanos. Na seção anterior, introduzi o conceito de direito à resistência, como uma maneira possível de compreender o uso das *ações diretas militantes*. Também indiquei que é necessário um melhor entendimento

histórico sobre ‘o que é violência’ e esse entendimento será considerado nesta seção.

A definição proposta por Gordon (2008) pode ajudar aqui: “um ato é violento se seu destinatário o experimenta como um ataque ou como um perigo deliberado” (93), podendo, assim, a violência ser praticada tanto pela polícia quanto pelos manifestantes. Sob essa definição, a violência contra objetos inanimados também pode ser percebida como violenta (Gordon, 2008). Assim, a *ação direta militante* pode consistir em atos violentos, mas, como mostrarei nesta seção, de uma forma singular de violência. Como enfatizado por Hansen (2002), a violência não é sempre igual:

Alguns ativistas veem a sabotagem de propriedades destrutivas por manifestantes como estando no mesmo nível da violência do Estado e das corporações. Essa equação não é mais precisa do que dizer que a paz de um campo de concentração é o mesmo tipo de paz que se encontra em uma sociedade saudável. Se aceitarmos que toda violência é a mesma, concordamos em limitar nossa resistência ao que o Estado e as corporações acharem aceitável” (2002: 471)

Algumas vezes argumenta-se que a *ação direta militante* cria o clima para uma repressão policial violenta. Contudo:

Devemos resistir à tendência de estabelecer uma relação causal entre a repressão policial e qualquer forma de protesto, independentemente

de envolver ou não destruição de propriedade. A polícia é encarregada de proteger os interesses de uma minoria de ricos e a culpa pela violência não pode ser atribuída àqueles que protestam contra esses interesses. (ACME Collective, 1999)

Colocar a polícia e as pessoas que realizam *ações diretas militantes* no mesmo nível é um erro, dados os diferentes objetivos: manter a dominação de um lado; exigir mudança social do outro. Historicamente, o Estado moderno se afirmou como o único ator a ter o monopólio da violência e a legitimidade para usá-la. A tradição de esquerda se estabelece questionando essa posição, Marx e Engels declararam a história como uma história da lutas de classes, na qual o Estado é um mero instrumento para manter o controle da classe dominante sobre os governados. Uma vez que isso seja entendido, não há uma regra formal que restrinja a classe dominada de qualquer ato de autodefesa ou autoliberação e, portanto, um antagonismo contínuo é inevitável. Consequentemente, nas teorias marxistas ou neomarxistas dos movimentos sociais urbanos, há uma aceitação de certo grau de violência para transformação social. No entanto, o discurso sobre a violência nunca é totalmente desenvolvido: as ações dos movimentos sociais geralmente são analisadas usando termos como conflito,

luta, contestação, resistência e insurgência que se referem a um imaginário revolucionário evocativo, mas, no entanto, carecem de definição. De qualquer forma, há o reconhecimento de que vivemos em uma sociedade onde uma violência sistêmica é praticada pelo Estado e uma violência emancipatória é organizada para se opor a ela. Essa violência emancipatória é legitimada para além da lei. A legitimidade da violência emancipatória foi enfatizada por Malatesta (1921) nos seguintes termos:

O escravo está sempre em um estado de legítima defesa e, conseqüentemente, sua violência contra o chefe, contra o opressor, é sempre moralmente justificável. [Ele] deve ser controlado apenas por considerações de que o melhor e maior uso econômico é feito do esforço e do sofrimento humano (3)

Certamente não podemos equiparar todos os graus de dominação à situação da escravidão, mas Malatesta enfatiza um ponto importante: nem todas as formas de violência são aceitáveis e “para justificar um ato violento específico, precisamos inevitavelmente pensar em suas conseqüências gerais” (Gordon, 2008: 100). Similarmente, o professor Equatoriano Pablo Dávalos (2011) observa que, no neoliberalismo, a violência do Estado se baseia na regra legal: somente o Estado possui a legitimidade do uso da violência e

qualquer outro que a usa é fora da lei e criminalizado. Para combater a dominação do Estado e do sistema neoliberal, é necessário combater a violência do Estado com o que ele chama de "contra-violência da sociedade." Se o Estado traiu o bem maior da sociedade e agora está a serviço do neoliberalismo, Dávalos (2011) afirma que a "contra-violência também disputa seu direito de ser reconhecida como legítima" (s/p.) Assim, diferentes formas de violência, uma violência legitimada pelo Estado e uma contra-violência emancipatória, emergem com características diferentes. Em particular, é necessário dar atenção à dimensão coletiva dessa última. A contra-violência emancipatória possui uma dimensão coletiva quando utilizada pelos movimentos sociais urbanos, conforme salientado por Melucci (1996). Nesse sentido, utilizo o conceito de 'contra-violência emancipatória coletiva', que não foi desenvolvido anteriormente, mas tem o potencial de explicar a violência praticada pelos movimentos sociais urbanos. A violência usada pelos movimentos sociais urbanos é contra-violência emancipatória coletiva, porque inflige violência como resultado de um ato coordenado e coletivo. É emancipatório porque visa à libertação e usa a contra-violência contra

um sistema de dominação. Os movimentos sociais urbanos performam a contra-violência emancipatória coletiva através da *ação direta militante*, cujo objetivo final é construir poder popular.

É importante considerar ainda a capacidade da *ação direta militante* ser usada para manter um espaço político vital para a existência de movimentos sociais urbanos. As elites políticas e econômicas decidem qual grau de dissidência é permitido e a repressão subsequente: as reações da opinião pública moldarão sua relação com os movimentos sociais. Como Starhawk (2001) nos lembra, após a forte repressão policial em Gênova, o espaço político dos movimentos sociais era continuamente negociado e ameaçado:

Se esse nível de repressão não for contestado, ninguém está seguro, nem a ONG mais legalizada, nem a organização mais reformista com as demandas mais brandas. Se não agirmos agora, quando um espaço político permanece aberto, podemos perder todo espaço para agir. (2001: 5-6)

A literatura sobre movimentos sociais explica o uso da violência sob diferentes perspectivas: oportunidades políticas, alinhamento de estruturas, mobilização de recursos e competição em grupo (Hazen, 2009). No caso de 2013-2014 no Rio de Janeiro, grandes

setores dos movimentos sociais urbanos decidiram mobilizar *ações diretas militantes* para uma oportunidade política que pode ser resumida da seguinte forma: a manutenção da sua própria existência (Cava, 2013). No entanto, a decisão de usar a violência não pode ser entendida simplesmente como um uso do direito à resistência. Os movimentos sociais urbanos também usam a contra-violência emancipatória coletiva para criar oportunidades de desafiar a negação do direito à cidade e a justiça espacial. Em uma cidade de exceção, baseada na opressão crescente, a contra-violência emancipatória coletiva afirma o direito de lutar por uma cidade diferente e pela liberdade de expressão. A contra-violência emancipatória coletiva torna-se então um ato que vai além das discussões legais/ilegais; legítimas/ilegítimas e pacifistas/violentas, usadas para enquadrar manifestantes como bons ou ruins. Ela é coletiva, conectada ao *trabalho de base*, mas não é um ato terrorista de vanguarda. De uma perspectiva anarquista, o confronto violento não é um objetivo. O objetivo real é a transformação da sociedade. Isso também fica claro nas práticas dos movimentos sociais urbanos em 2013 no Rio de Janeiro que, como mostrarei na

próxima seção, executaram *ações diretas militantes* ligadas ao *trabalho de base*, a fim de ampliar suas possibilidades para a transformação da sociedade e evitar a *fetichização* da contra-violência emancipatória coletiva.

TRABALHO DE BASE: PREENCHENDO AS LACUNAS DO ESTADO ATRAVÉS DA AÇÃO DIRETA

Como mencionei, a *ação direta militante* pode ser vista como suplementar ao *trabalho de base*, porque atinge uma população de outra maneira difícil de alcançar por outros canais políticos: praticar *ações diretas militantes* cria um significado que é reconhecível pelas pessoas. O *trabalho de base* faz parte da *ação direta construtiva* (Gordon, 2008) e inclui uma série de práticas que os movimentos sociais adotam em comunidades específicas, como bairros de baixa renda, locais de trabalho e locais de estudo. Essas práticas têm uma dimensão temporal prolongada e requerem um compromisso de longo prazo dos ativistas com a comunidade. *Trabalho de base* é uma tentativa de ir além do protesto e do confronto social e encontrar um terreno comum entre os que geralmente são chamados ativistas e os

não-ativistas (Chatterton, 2006), para além das diferenças entre os dois.

O *Trabalho de base* varia de comunidade para comunidade, sendo adaptado para atender às necessidades e objetivos de apoio as lutas locais, reforçando o conhecimento local e oferecendo recursos e serviços adicionais. Por exemplo, *trabalho de base* na Universidade é construída em torno das lutas dos estudantes por espaços autogeridos e melhores serviços na Universidade; nos locais de trabalho, os trabalhadores lutam por melhores condições de trabalho; em bairros de baixa renda, é dada prioridade à prestação de serviços que não são feitos pelo Estado, como educação ou saúde.

Os movimentos sociais na América Latina são influenciados pelas ideias da teologia da libertação, desde a década de 1960, à qual o *trabalho de base* está conectado. Dentro dessas ideias, o objetivo final da mudança social é que o povo chegue a “caminhar com as próprias pernas”, livre de qualquer tutela. (Boff, 1984: 8) No entanto, para conseguir isso, é necessário “reforçar o poder do povo até que este atinja sua autonomia ou autogestão, entendida como controle de suas próprias condições de vida.” (Boff, 1984: 8) Como as pessoas pobres estão em uma

posição social subordinada, uma pré-condição para a transformação social é aumentar a consciência crítica sobre suas condições; uma das áreas principais para conseguir isso é a educação popular. O *Trabalho de base* é importante para melhorar as condições do povo e também para espalhar uma mensagem política. O objetivo dos militantes com isso é, então, contribuir e construir, junto com as pessoas, sua própria libertação. O *Trabalho de base* contribui para a construção de consciência através da combinação da ação e reflexão, em uma dialética da *práxis* e da teoria (Freire, 1983; Boff, 1984). O *trabalho de base* baseia-se no processo cíclico de “ver, julgar e agir” (Boff, 1984: 17) e visa a construção de um poder popular. Dessa maneira, educação e *trabalho de base* são vistos como meios de libertação. Eles vão contra a ideia comum de uma vanguarda política que já possui conhecimentos e respostas: a mudança é construída através de um processo constante de diálogo horizontal e trabalho com as pessoas, em um processo espiral dialógico de ouvir e falar, no qual a *práxis* é continuamente testada e modificada.

Existem também relações importantes entre o *trabalho de base* e os grupos de afinidade. Por exemplo,

ambos são prefigurativos e compartilham a mesma ideia de *práxis*. Falando sobre grupos de afinidade, Bookchin (2004) salienta que: “a *práxis*, em tal organização, é libertadora tanto na área pessoal quanto na social. A própria natureza do grupo incentiva o revolucionário a revolucionar a si mesmo” (xi). Além disso, o *trabalho de base* pode ser estimulado pela presença de grupos de afinidade, como afirma Bookchin: “os grupos de afinidade devem funcionar como catalisadores dentro dos movimentos populares” (*ibid*:144). Reforçado pelos efeitos catalíticos dos grupos de afinidade, o *trabalho de base* visa promover coletivamente uma prática emancipatória.

O conceito de *trabalho de base* raramente foi explorado nos países centrais, pelo menos não com a mesma significação revolucionária que os movimentos sociais atribuem a ele na América Latina. Uma exceção é o trabalho de Alinsky, um dos poucos exemplos sobre *trabalho de base* em um país central. Como Alinsky (1971) nos diz, poeticamente, a revolução social:

“[É] o tipo de coisa que vemos na escrita de peças de teatro; o primeiro ato introduz os personagens e o enredo; no segundo ato, o enredo e os personagens são desenvolvidos à medida que a peça tenta prender a atenção do público. No ato

final, o bem e o mal têm seu dramático confronto e resolução.” (xx)

Deste ponto de vista, para que um movimento social seja capaz de executar efetivamente uma *ação direta militante*, é necessário um longo processo de formação e de politização, do qual o trabalho de base é o fundamento. No processo de construção de apoio popular em direção ao objetivo de libertação social, o trabalho de base nas comunidades é fundamental (Alinsky, 1946). Somente estando dentro da comunidade, é possível conhecer realmente sua cultura e seus problemas; esse é um pré-requisito fundamental necessário para apoiar a construção de soluções abrangentes e viáveis: “Organizar as pessoas significa conversar com elas, reuni-las para que elas possam conversar umas com as outras e chegar a um acordo comum” (Alinsky, 1946: 87) Este trabalho também enfatiza o conceito de conversar dentro da comunidade antes de agir, reforçando o ciclo de ação e prática mencionado anteriormente.

Todas as ações que os movimentos sociais urbanos organizam podem ser vistas como uma crítica ao Estado; a distinção entre *trabalho de base* e *ação direta* torna-se, então, muito turva. Um ativista relatou: “acho que

toda forma de ação que chama atenção e vai contra o Estado, pra mim é ação direta”. Nisto estão incluídas ações além do chamado *quebra-quebra*, como a coleta de material de primeiros socorros organizada pelos movimentos sociais urbanos para as vítimas das inundações em 2013, quando os movimentos sociais urbanos prestaram ajuda onde o Estado não prestava, em uma emergência que se repete todos os anos na estação das chuvas. Este não é o único exemplo de rachaduras abertas no sistema: algumas páginas de *Black Blocs* no Facebook organizaram doações de sangue em hospitais públicos; em vários acampamentos no estilo do *Occupy*, foram prestados serviços básicos aos sem-teto, etc. A *ação direta* é, portanto, para os ativistas, uma forma de preencher os espaços em que o Estado está ausente ou agindo contra os cidadãos, algo que também poderia ser chamado *trabalho de base*. Por um lado, a ação direta é um meio alternativo de comunicação, que visa chamar a atenção sobre situações de dominação. Por outro lado, oferece soluções concretas para problemas concretos que a população (principalmente a mais pobre) enfrenta, não como um trabalho de caridade, mas como um ato prefigurativo, isto é, com o

objetivo de construir uma sociedade diferente.

Os movimentos sociais urbanos veem na ação direta e no *trabalho de base* a chance de demonstrar às pessoas que uma alternativa é possível, em um processo educativo; um processo que vê como protagonistas os mais desfavorecidos e oprimidos e no qual podem ser testemunhadas formas embrionárias e em expansão de duplo poder. Como exemplo disso, um documento escrito coletivamente pelos anarquistas na FIP, em 2013, afirmava:

Ação direta não é sinônimo de ação violenta em protestos, ação direta é quando o povo por suas próprias mãos age politicamente, é participação política real nos locais de trabalho e moradia, é educação popular nas favelas; é a construção de territórios autônomos; ocupações sem-teto; é quando o povo se organiza diretamente e constrói aquilo que almeja e luta nas ruas por seus interesses. (JBP, 2015)

Neste sentido, a *contra-violência emancipatória coletiva* não foi concebida como um fim em si mesmo. Isso só é possível pela capacidade dos movimentos sociais urbanos usarem a violência como uma tática, intercambiável com outras, quando necessário. Essa capacidade de usar tanto o *trabalho de base* quanto a *ação direta militante* ecoa na posição de muitos anarquistas:

A perspectiva estratégica já prevalecente entre os anarquistas é que o caminho para a revolução envolve a proliferação de projetos urbanos e rurais de vida sustentável, construção de comunidades e desenvolvimento de habilidades e infraestruturas. Mas, embora isso geralmente seja expresso em termos de “esvaziamento” do capitalismo, também pode ser considerado como a criação de uma base social sustentável para atividades mais militantes, até (possivelmente) a insurreição. (Gordon, 2008: 107)

As ações diretas militantes em 2013-2014 tiveram, como fundamento, anos de *trabalho de base*, construindo aliados que foram mobilizados durante as manifestações.

RUMO A UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE VIOLÊNCIA E AÇÃO DIRETA MILITANTE

Gordon (2008) afirma que, dentro do debate sobre “pluralidade de táticas”, a discussão sobre violência atingiu um impasse. Particularmente, o debate parece estar preso na disputa entre violência ou não-violência. Para os movimentos sociais envolvidos no levante 2013-2014 no Rio de Janeiro, a aceitação da diversidade de táticas pareceu a melhor escolha, com base no conceito de solidariedade entre diferentes grupos e movimentos sociais (Graeber, 2009).

Um exemplo peculiar foi a campanha “Somos todos vândalos”. Esta campanha tem uma grande semelhança

com o movimento No-Tav, na Itália, que desenvolveu um slogan amplamente usado “Siamo tutti terroristi, siamo tutti Black Bloc” - “Somos todos terroristas, somos todos Black Bloc”. (Contropiano, 2013)

Frequentemente, a pluralidade de táticas é aceita porque há espaço suficiente para que diferentes práticas sejam implementadas (Graeber, 2009), sem passar por cima de outros grupos que empregam táticas diferentes. O desenvolvimento de uma multiplicidade de táticas mostra uma capacidade crescente de entender e moldar o contexto de ação:

Um movimento que emprega uma diversidade de táticas é capaz de se adaptar a contextos em mudança. Tal movimento é um laboratório no qual vários métodos podem ser testados; aqueles que funcionam serão fáceis de identificar e naturalmente se tornarão populares.” (CrimethInc. ex-Workers’ Collective, 2004: 20)

Como mostrei, os movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro em 2013-2014 mudaram a atenção do simples debate entre violência/não-violência para a ideia de *combatividade e ação direta militante* cujo uso depende do contexto e da necessidade de circunstâncias específicas. Nesse sentido, é possível uma nova teoria sobre uso da violência; o discurso deve se concentrar em como avançar no caminho

da libertação, sem apresentar pré-condições para ações diretas militantes, como também sugerido por Gordon (2008).

Como Jasper (2014) nos lembra, nos países centrais, “táticas violentas são frequentemente ignoradas, pois a maioria dos manifestantes prefere adotar a não-violência: os observadores convencionais hesitam em lembrar às jovens gerações de ativistas que a violência é uma possibilidade e, muitas vezes, uma tática de sucesso” (182-183). O uso do conceito de *contra-violência emancipatória coletiva* nos lembra que a violência faz parte do repertório de táticas de transformação social; em certas condições, é possível e necessária uma *ação direta militante* que emprega contra-violência emancipatória coletiva. Starhawk (2001) aponta que “o debate sobre ‘violência’ e ‘não-violência’ pode, por si só, restringir nosso pensamento” (s/p): o que é necessário é uma clareza de intenção e objetivos antes da escolha das táticas. De fato, ele continua afirmando que “quanto mais confrontativas as táticas, mais clara a mensagem precisa ser e mais precisamos ter certeza de que temos uma base de apoio às táticas que empregamos” (s/p).

No Rio de Janeiro em 2013, o uso da *contra-violência emancipatória*

coletiva tinha uma lógica muito clara para os movimentos sociais urbanos: foi funcional na luta pela integridade física pessoal e assumiu um papel de comunicação eficaz entre os movimentos sociais urbanos e as pessoas. Esse ato de comunicação foi reforçado e tornou-se significativo na superação da contra-narrativa da mídia corporativa, graças ao *trabalho de base*, que garantiu uma base de apoio entre a população em geral, mobilizada para as ações diretas militantes e para apoiá-las. O *Trabalho de base* construiu uma ponte entre os militantes e outros atores sociais cujas aspirações, dilemas e inimigos se tornaram semelhantes. De um lado, através do *trabalho de base*, os ativistas escolheram seus aliados, aos quais se conectaram, criando laços de solidariedade. Por outro lado, a *ação direta militante* reforçou a existência de uma luta de classes: atacar os símbolos do capital e ganhar cada vez mais atenção na mídia corporativa foi uma estratégia para incomodar aqueles que vivem confortavelmente da exploração dos pobres. A esquerda muitas vezes esquece sua tradição de trabalho de base e de construção de relações com sua comunidade, permanecendo entrincheirada em discussões dogmáticas ou campanhas específicas;

muitas vezes o desenvolvimento de trabalhos de base parece ser deixado nas mãos da direita ou de organizações religiosas.

Apesar de Bookchin considerar necessário o uso da violência para transformação social, ele criticou muito a Batalha de Seattle:

“O que uma manifestação quer demonstrar? Não basta apenas protestar, mas também confrontar o poder oficial com o poder popular, mesmo de forma incipiente. Manifestações são mobilizações de um número considerável de pessoas que, ao saírem às ruas, pretendem informar às autoridades que se opõem sinceramente a certas ações do poder constituído. Reduzidas a essas palhaçadas, eles se tornam formas de entretenimento que se esvaziam. Como tais, elas não constituem qualquer desafio para as autoridades” (Bookchin, 2015: 170-171).

Campanhas para melhorar as condições de vida são necessárias, mas, como Bookchin (2015) nos lembra, “uma política de protesto não é uma política de todo. O protesto ocorre dentro de parâmetros estabelecidos pelo sistema social predominante e apenas responde a males remediáveis, geralmente meros sintomas, em vez de desafiar a ordem social como tal.” (171) Vincular as ações diretas militantes ao *trabalho de base* pode ajudar a ir além de uma mera política de protesto, mantendo presença nas ruas. Hoje a esquerda ainda enfrenta o problema destacado por Bookchin, seu papel é limitado às manifestações ocasionais e é incapaz de ser vista,

portanto, como uma alternativa viável. Na mesma linha, Graeber (2009) destaca que:

“Os problemas surgem quando alguém vai além do confronto para outras formas de engajamento com um mundo organizado em linhas diferentes. Uma estratégia revolucionária baseada na ação direta só pode ter sucesso se os princípios da ação direta se estabelecerem. Bolhas temporárias de autonomia devem gradualmente se transformar em comunidades permanentes e livres. No entanto, para fazer isso, essas comunidades não podem existir em total isolamento; nem podem ter uma relação puramente conflituosa com todos ao seu redor, elas precisam ter alguma maneira de se envolver com os sistemas econômicos, sociais ou políticos maiores que as cercam” (211)

Tentar não cair na armadilha da ‘mera política de protesto’, fundindo *trabalho de base* e ação direta militante, em uma relação profícua pode ser uma lição das nossas análises sobre 2013-2014 no Rio de Janeiro. Usar *ações diretas militantes* para desafiar o Estado em lugares específicos, enquanto se constroem *trabalhos de base* e comunidades livres do Estado. O desafio é manter e ampliar essas comunidades. De qualquer modo, seguindo o pensamento dos zapatistas, um passo de cada vez construirá o caminho.

CONCLUSÃO

Neste artigo, destaquei a importância da ação direta para os movimentos sociais urbanos em suas duas formas de *ação direta militante* e

trabalho de base. No caso das mobilizações de 2013-2014 no Rio de Janeiro, a violência do Estado incentivou os movimentos sociais urbanos a desenvolver o uso de ações diretas militantes, por exemplo, na forma da tática Black bloc. Apesar de uma forte tradição de movimentos sociais que utilizam ações diretas militantes no Brasil, isso ocorreu em escala excepcional neste período, destacando-se: a intensidade da brutalidade policial nos locais centrais da cidade; o número de pessoas envolvidas; a difusão e seu aspecto urbano.

A *ação direta militante* não foi apenas uma resposta à violência policial, mas foi considerada uma ferramenta de transformação em sua capacidade de dialogar com a população. De fato, mostrei como a ação direta militante precisa ser fundamentada no *trabalho de base*, tornando-se uma ferramenta usada pelos movimentos sociais urbanos para ampliar suas bases, iniciar um diálogo com a sociedade e aprimorar sua capacidade de recuperar e remodelar a cidade. À luz disso, fica claro que a ecologia social e os movimentos sociais urbanos precisam reabrir e adicionar complexidade à discussão sobre a *ação direta militante*. A esse respeito, dei ao leitor algumas ferramentas conceituais

que podem ajudar a ir além da abordagem criminológica e do ‘direito à resistência’. O conceito de ‘*contra-violência emancipatória coletiva*’ poder oferecer uma interpretação mais abrangente sobre as formas específicas de violência usadas pelos movimentos sociais urbanos.

A *ação direta militante*, no entanto, apresenta desafios: como é possível ampliar a participação em *ações diretas militantes* que o Estado deseja suprimir? A FIP foi fortemente reprimida em 2014, com sentenças de prisão e julgamentos que ainda estão em andamento. Grupos de afinidade são o lugar perfeito para começar, mas é necessária uma rede entre diferentes grupos, e isso exige tempo e esforço, como a organização massiva de ações diretas militantes em Seattle.

Quando as mobilizações sociais atingem um pico e começam a declinar, o trabalho de base pode atuar como um espaço para o qual se recuar para elaborar ideias e explorar o que fazer em seguida. Para concluir, os efeitos das *ações diretas militantes* ainda são percebidos hoje: as mobilizações de 2013-2014 representam uma ruptura nas formas de política no Brasil, onde novas formas de *ação direta militante* subiram ao palco para permanecer. Apesar de

estar em uma escala diferente das mobilizações de 2013-2014, a brutalidade policial só aumentou no Rio de Janeiro desde então e a *ação direta militante* continua a ser uma forma de resistência presente não apenas em protestos, mas na vida diária da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACME Collective. (1999) N30 Black Bloc Communique. Disponível em: <http://www.urban75.com/Action/seattle9.html> Acessado em: 10/01/2016.

ALINKSY, S. (1971) Rules for Radicals: A Practical Primer for Realistic Radicals. New York: Random House.

BEST, S. (2012) The Revolutionary Implications of Animal Standpoint Theory. State of Nature: An Online Journal of Radical Ideas. Disponível em: <http://www.stateofnature.org/?p=4904> Acessado em: 19 June 2015.

BEST, S. (2014) The Politics of Total Liberation: Revolution for the 21st Century. London: Palgrave Macmillan.

BOFF. (1984) Como Trabalhar com o Povo. Coleção fazer.

BOOKCHIN, M. (1988) Toward an Ecological Society. Montreal: Black Rose Books.

BOOKCHIN, M. (2004) Post-Scarcity Anarchism. Oakland: AK Press.

BOOKCHIN, M. (2005) The Ecology of Freedom. Oakland: AK Press.

BOOKCHIN, M. (2015) The Next Revolution. London: Pluto Press.

CAVA, B. (2013) A Multidão Foi ao Deserto: As Manifestações no Brasil em 2013 (Jun. a Out.). Rio de Janeiro: Annablume.

CAVA, B.; COCCO, G. (2014) Amanhã Vai Ser Maior: O Levante da Multidão no Ano que Não Terminou. Rio de Janeiro: Annablume.

CASTELLS, M. (1983) The City and the Grassroots: a Cross-cultural Theory of Urban Social Movements. London: Edward Arnold.

CHATTERTON, P. (2006) ‘Give up Activism’ and Change the World in Unknown Ways: Or, Learning to Walk with Others on Uncommon Ground. Antipode. 38(2), p. 259-281.

CONTROPIANO. (2013) Il Grido dei No Tav: ‘Siamo Tutti Terroristi’. Contropiano. Disponível em: <http://contropiano.org/articoli/item/18277> Acessado em: 3/8/ 2015.

CORNELL, A. (2012) White Skins, Black Masks: Marxist and Anti-racist Roots of Contemporary US Anarchism. Em: Prichard, A. et al. (eds.) Libertarian socialism: Politics in Black and Red. New York, Palgrave Macmillan, p. 167-186.

- CRIMETHINC. ex-Workers' Collective. (2004) Recipes for a Disaster. Winnipeg: Hignell Book Printing.
- DÁVALOS, P. (2011) Violencia y Poder en el Posneoliberalismo. *América Latina em Movimento*. 22 September. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/active/49618#sthash.XFMkGlzM.TeTLEiX3.dp> Acessado em 5/5/ 2015.
- DAY, R. J. (2005) Gramsci is Dead: Anarchist Currents in the Newest Social Movements. London: Pluto Press.
- FREIRE, P. (1983) Para Trabalhar com o Povo. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude.
- GOHN, M. G. (2014) A Sociedade Brasileira em Movimento: Vozes das Ruas e Seus Ecos Políticos e Sociais. Em: *Cad. CRH*. 27(71), p. 431-441.
- GORDON, U. (2008) Anarchy Alive!: Anti-authoritarian Politics from Practice to Theory. London: Pluto Press.
- GRAEBER, D. (2009) Direct Action: An Ethnography. Oakland: AK Press.
- GRAEBER, D. (2013) The Democracy Project: A History, a Crisis, a Movement. London: Penguin Books.
- HANSEN, A. (2002) Direct Action: Memoirs of an Urban Guerrilla. Oakland: AK Press.
- HARVEY, D. et al. (eds.) (2012) Occupy: Movimentos de Protesto que Tomaram as Ruas. São Paulo: Boitempo.
- HAZEN, J. M. (2009) From Social Movement to Armed Group: A Case Study from Nigeria. *Contemporary Security Policy*. 30(2), p. 281-300.
- JASPER, J. (2014) Protest: A Cultural Introduction to Social Movements. Cambridge: Polity Press.
- JBL. (2015) Por que os Anarquistas ainda Estão na FIP? *Jornal Bandeira Preta*. 10 February, 2015. Disponível em: <http://jornalbandeirapreta.noblogs.org/?p=69> Acessado em: 10/12/ 2015.
- JENNINGS et al. (eds.) (2014) Brasil em Jogo. São Paulo: Boitempo.
- JORNAL A NOVA DEMOCRACIA. (2013) Entrevista: Professor Nilo Batista Fala Sobre Protestos, Violência Policial e Prisões Políticas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DrDPEFWhoWM> Acessado em: 19/05/2015.
- JURIS, J. S. (2005) Violence Performed and Imagined Militant Action, the Black Bloc and the Mass Media. *Genoa. Critique of Anthropology*. 25(4), p. 413-432.
- KATSIAFICAS, G. (2006) The Subversion of Politics: European Autonomous Social Movements and the Decolonization of Everyday Life. Oakland: AK Press.
- KUYMULU, M. B. (2013) The Vortex of Rights: 'Right to the City' at a

- Crossroads. International Journal of Urban and Regional Research. 37(3), p.923-940.
- LOCATELLI, P. ; VIEIRA, W. (2013) O Black Bloc Está na Rua. Carta Capital. XVIII (760), p. 22-26.
- LOCKE, J. (1988) Two Treatises of Government. Cambridge: Cambridge University Press.
- MALATESTA, E. (1921) Self Defence. Umanità Nova. Disponível em: <https://bristolaf.files.wordpress.com/2010/08/anarchism-and-violence.pdf> Acessado em 13/09/ 2015.
- MANSO, B. P. ; ZANCHETTA, D. (2013) A Revolta do Gás Lacrimogêneo (em Sete Capítulos) Estadão. 22 June. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-revolta-do-gas-lacrimogeneo-em-setecapitulos,1045716> Acessado em: 19/05/2015.
- MELLON, J. (2007) Tompkins Square Riot. In: PATTERSON, C. Resistance: A Radical Political and social History of the Lower East Side. New York: Seven Stories Press. p. 344-347.
- MELUCCI, A. (1996) Challenging Codes: Collective Action in the Information Age. Cambridge: Cambridge University Press.
- MILSTEIN, C. (2010) Anarchism and its Aspirations. Oakland: AK Press.
- MORGENSTERN, F. (2015) Por trás da Máscara. Rio de Janeiro: Editora Record.
- NADDEO, A. (2013) Sindicato de Professores Apoia Black Blocs e Quer Autodefesa. Terra. 9 October, 2013. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/rj-sindicato-de-professores-apoia-black-blocse-quer-autodefesa,b82227a531f91410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html> Acessado em: 05/07/2015.
- NOTES FROM NOWHERE. (2003) We Are Everywhere: The Irresistible Rise of Global Anticapitalism. London: Verso.
- ORTELLADO, P. (2014) Os Black Blocs e a violência. In: SOLANO, E. Bruno Paes Manso;
- NOVAES, W. Mascarados: A Verdadeira Historia dos Adeptos da Tática Blac Bloc. São Paulo: Geração Editorial, p. 281-287.
- PADILHA, J. (Diretor) (2002). Ônibus 174 [DVD]. 133 min. Rio de Janeiro: Riofilme.
- SAFATLE, V. (2010) Do Uso da Violência Contra o Estado Ilegal. In: TELES, E.;
- SAFATLE, V. (eds.) O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, p. 237-252.
- SECCO, L. (2013) O Direito à Violência. Boitempo blog. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/05/o-direito-a-violencia> Acessado em: 19/05/2015.

SOLANO, E. et al. (2014) *Mascarados: A Verdadeira História dos Adeptos da Tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial.

SOLNIT, R. (2004) *Hope in the Dark: Untold Histories Wild Possibilities*. New York: Nation Books.

STARHAWK. (2001) *Quebec City: Beyond Violence and Nonviolence*. Disponível em: <http://starhawk.org/Activism/activism%20writings/2001-05-Quebec%20City/Quebec%20City%20Beyond%20Violence%20and%20Nonviolence.pdf> Acessado em: 19/06/ 2015.

THE BARBARIANS. (2014) *Tactics*. *The Barbarian Review*. 1, p. 6-20.

THOMPSON, A. K. (2010) *Black Bloc, White Riot: Anti-globalization and the Genealogy of Dissent*. Oakland: AK Press.

TOMAZINE, E. (2014) *Não Vai Ter Protesto: Evolução Tática da Repressão Durante a Copa*. 4 July. Blog da Boitempo. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/nao-vai-ter-protesto-evolucao-taticadarepressao-durante-a-copa/> Acessado em: 19/06/2015.

TRAPESE COLLECTIVE. (2007) *Do it Yourself: A Handbook for Changing Our World*. London: Pluto Press.

WALL, D. (1999) *Earth First! and the Anti-roads Movement: Radical Environmentalism and Comparative Social Movements*. London: Routledge.

WAHLSTRÖM, M. (2011) *Taking Control or Losing Control? Activist Narratives of Provocation and Collective Violence*. In: *Social Movement Studies*. 10(4), p. 367-385.

UNIVERSIDADE POPULAR E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS-RJ. (2009) *Capitalismo, Anticapitalismo e Organização Popular*. Rio de Janeiro: WordPress. Disponível em: <https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2018/08/Capitalismo-Anticapitalismo-e-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Popular.pdf> Acessado em: 13/07/2020.